

Plenário aprova criação de Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia

A Assembleia Legislativa retomou nesta terça-feira (28) o processo de votação em plenário com a manutenção do veto do ex-governador Rui Costa ao Projeto de Lei 23.030/19 de autoria do ex-deputado Leo Prates. A decisão em plenário foi por votação simbólica com voto contrário dos deputados opositoristas presentes. O prazo para apreciação do veto, apresentado no final de dezembro do ano passado, é de 30 dias e estava sobrestando a pauta.

Os líderes do governo, deputado Rosemberg Pinto (PT), e da oposição, Alan Sanches (PSD) firmaram um acordo para a dispensa de formalidades regimentais e, assim, acelerar a votação. Neste sentido, a sessão ordinária foi imediatamente derrubada, após verificação de quorum e se iniciou uma extraordinária. Além do veto, os líderes combinaram também a votação do Projeto de Lei 24732, de autoria do governador Jerônimo Rodrigues, que cria a Superintendência de Fo-

mento ao Turismo do Estado da Bahia (Sufotur).

Normalmente um ponto de tensão entre governo e oposição, a apreciação desse veto não exigiu grandes negociações para que Alan e Rosemberg chegassem ao acordo. O projeto de Leo Prates foi aprovado no ano passado contendo o seguinte propósito: considerava a pessoa com deficiência, para fins de ingresso na reserva percentual de vagas para o provimento de cargos e empregos públicos, o indivíduo diagnosticado com audição unilateral. O problema é que a matéria é de iniciativa da União. "Aprovamos por acordo, mas sabíamos que havia uma dúvida quanto à constitucionalidade", disse Rosemberg, que deu o parecer oral ao veto.

TURISMO

A extinção da Bahiatursa, na última reforma administrativa, deixou o Estado sem capacidade de firmar convênios e contratos



Os trabalhos foram conduzidos pelo 1º vice-presidente, deputado Zé Raimundo Fontes (PT)

para propiciar o apoio financeiro a eventos como Carnaval, por exemplo. O líder do governo classificou de uma falha a ser sanada pelo PL 24.732/23, que cria a Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia (Sufotur), órgão em Regime Especial de Administração Direta, da estrutura da Secretaria de Turismo.

A mensagem governamental fala em ajustamento da finali-

dade da Secretaria de Turismo, considerando os estudos desempenhados com o propósito de buscar adequação administrativa para o atingimento das metas e objetivos do atual governo em prol do fomento ao turismo. A aprovação foi rapidíssima e por unanimidade. O presidente ad hoc Zé Raimundo Fontes (PT) designou o deputado Robinson Almeida (PT) para apresentar o parecer em plenário.

Direto do Plenário

A Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) promoveu, na tarde desta terça-feira (28), mais uma sessão ordinária, cumprindo o

rito regimental. Durante o pequeno expediente, deputados subiram à tribuna para falar de assuntos como segurança pública, saúde, educa-

ção e infraestrutura. Os trabalhos foram conduzidos pelo 1º vice-presidente, deputado Zé Raimundo Fontes (PT).

O deputado **Leandro de Jesus** (PL) manifestou preocupação com a segurança pública na Bahia. O parlamentar citou levantamentos em que o Estado aparece com índices preocupantes no que diz respeito à violência. "Seja na capital ou interior, não há paz. As famílias estão enclausuradas em casa com medo da violência que tomou conta da Bahia", assinalou o legislador, que convidou os colegas de Parlamento para que cobrem do Executivo estadual providências no sentido de restaurar a segurança pública.

Em seu primeiro pronunciamento na Casa, o deputado **Pancadinha** (SD) começou parabenizando a organização do Carnaval de Salvador, exaltando a parceria na festa entre o prefeito da capital, Bruno Reis, e o governador Jerônimo Rodrigues. Representante do Sul da Bahia, o parlamentar também cobrou do governador celeridade na construção das 1.100 casas, em Itabuna, promessa do antecessor Rui Costa para os moradores que perderam suas casas nas enchentes de dezembro de 2021.

O deputado **Tiago Correia** (PSDB) defendeu investimentos na estrutura da Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab), autarquia responsável por garantir a segurança sanitária no Estado. O parlamentar lembrou que, recentemente, houve o alerta para os casos de vaca louca no Pará e de gripe aviária no Uruguai, país com o qual o Brasil tem fronteira. Além disso, Tiago Correia relatou que, durante debate na Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, pediu que o colegiado empenhe esforços para cobrar da empresa Via Bahia explicações sobre o estado das rodovias BR-324 e BR-116, que têm sido alvo de reclamações de usuários.

Dr. **Diego Castro** (PL) parabenizou o trabalho da Polícia Militar da Bahia durante os festejos do Carnaval em Salvador, creditando exclusivamente aos profissionais da segurança a diminuição dos índices de criminalidade nos circuitos, como a redução dos registros de lesões corporais, furtos e roubos. Por outro lado, o parlamentar criticou o alimento fornecido pelo Governo do Estado à categoria durante o período, assim como o valor da diária paga aos policiais durante os festejos em toda a Bahia.

O deputado **Júnior Nascimento** (UB) foi à tribuna relatar que cumpriu agenda, durante o fim de semana, nos municípios de Ponto Novo, Filadélfia, Senhor do Bonfim e Campo Formoso, sua terra natal. Em sua cidade, o legislador contou que participou da entrega de kits escolares, compostos de mochila, caderno de desenho, agenda, garrafinha de água, estojo e um caderno. O parlamentar disse ainda que solicitou audiência com a Secretaria Estadual de Saúde (Sesab) para entender o bloqueio de recursos que seriam destinados ao município de Campo Formoso para a área da saúde.

O deputado **Robinson Almeida** (PT) fez uma deferência ao advogado e ex-deputado estadual Roque Aras, falecido nesta terça-feira (28), aos 91 anos, solicitando um minuto de silêncio do plenário em sua memória. Após a homenagem, o petista trouxe um breve histórico do jurista e político, a quem definiu como "um combativo militante dos direitos humanos, das causas sociais, da liberdade e da democracia". O petista aproveitou ainda para informar que prestigiou, antes da sessão da ALBA, a entrega de 27 viaturas para as Circunscrições Regionais de Trânsito (Ciretrans) pelo governador Jerônimo Rodrigues, que irão atender, além da capital baiana, alguns municípios do interior.

Presidente da CCJ convoca sessão para sabatinar candidatos ao TCM

A presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), deputada Maria del Carmen (PT) convocou uma reunião extraordinária para a próxima segunda-feira (6), com o objetivo de apreciar o parecer da deputada Ivana Bastos (PSD) referente à indicação da ex-primeira-dama e enfermeira Aline Peixoto para integrar o quadro de conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM).

A convocação foi publicada no Diário Oficial do Legislativo desta terça-feira (28), mesmo dia em que ocorreu a primeira sessão ordinária da CCJ desta legislatura. Durante a reunião do colegiado, o líder da bancada de oposição, deputado Alan Sanches (UB), explicou como será o funcionamento da sabatina de Aline Peixoto e do ex-deputado Tom Araújo, que também se candidatou a vaga de



Os trabalhos foram conduzidos pela deputada Maria del Carmen, presidente do colegiado

conselheiro no Tribunal.

De acordo com o líder da oposição, a sabatina de Aline vai ocorrer na segunda pela manhã e a de Tom Araújo acontecerá à tarde, em razão de um pedido feito pelo ex-parlamentar. Na ocasião, será lido também o parecer do deputado Júnior Nascimento (UB), vice-presidente da CCJ, que assim

como Ivana Bastos, apresentou um relatório favorável à inscrição de Tom como candidato à vaga no TCM.

Alan Sanches explicou que dez deputados vão falar durante cada sabatina – cinco da oposição e cinco da bancada governista. Aos candidatos à vaga no TCM,

serão reservados 20 minutos para que eles apresentem seus currículos e seus planos. Após a sabatina, os integrantes da comissão votam os dois pareceres de forma secreta. Sendo aprovados, os nomes dos candidatos passarão pelo crivo do plenário, o que deve ocorrer no dia 8.

Também na sessão desta terça-feira, os integrantes da CCJ definiram que, durante o mês de março, quando será comemorado o Dia Internacional da Mulher (8), o colegiado vai priorizar projetos de lei que tenham como foco o combate à violência de gênero e políticas para o público feminino. Ao defender a priorização das mulheres neste mês, Maria del Carmen lembrou a discrepância de gênero nos espaços de poder. “Aqui na Assembleia, por exemplo, só temos nove deputadas de um total de 63”, afirmou.

Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública realiza a primeira reunião da legislatura

A Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública da Assembleia Legislativa da Bahia realizou, nesta terça-feira (28), sua primeira reunião da 20ª Legislatura. Marcaram presença o presidente e a vice-presidente do colegiado, Pablo Roberto (PSDB) e Neusa Cadore (PT), respectivamente, José de Arimateia (Republicanos), Dr. Diego Castro (PL), Hilton Coelho (Psol), Dr. Diego Castro (PL) e Robinson Almeida (PT).

Na pauta, propostas de audiências sobre Segurança Pública nos municípios de Feira de Santana e Juazeiro, demandadas por vereadores dos referidos municípios e convite aos secretários estaduais de Segurança Pública, Marcelo Werner, e de Justiça e Direitos Humanos, Felipe Freitas, para detalhar as políticas públicas das suas pastas.



Por falta de quórum, a votação das propostas foi adiada para a reunião da próxima semana

Também foi sugerida a visita dos legisladores às unidades socioeducativas e prisionais para vistoria das suas condições atuais. Por falta de quórum, a votação das atividades

foi adiada para a reunião da próxima semana.

Para o presidente da comissão, é muito importante que os secretários estaduais venham à reunião, “para que

os parlamentares conheçam e entendam o que é que essas duas pastas estão pensando para os próximos quatro anos, em especial para o próximo ano de trabalho”.

Comissão de Infraestrutura começa a legislatura em ritmo intenso

Uma extensa pauta foi aprovada na primeira reunião ordinária da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, presidida pelo deputado Eduardo Salles (PP) no início da 20ª Legislatura da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA). Aberta às 9h23 desta terça-feira (28), a reunião contou com sete deputados, dentre eles o vice-presidente do colegiado Pedro Tavares (UB) e outros três titulares, os deputados Eures Ribeiro (PSD), Penalva (PDT) e Maria del Carmen (PT). Também presentes os deputados suplentes Robinson Almeida (PT) e Tiago Correia (PSDB).

Eduardo Salles iniciou os trabalhos agradecendo aos colegas pela confiança depositada nele e no vice, Pedro Tavares, e destacou a relevância da Comissão de Infraestrutura. “Essa comissão é uma das mais importantes da Assembleia Legislativa. Nós falamos aqui de infraestrutura e desenvolvimento econômico e turismo. Isso tudo reflete numa coisa que é muito importante pra gente, que é a geração de emprego e renda”, disse.

Na sequência, Salles apresentou os itens para aprovação previstos na ordem do dia e também sugeriu a mudança do horário de abertura das reuniões, que, após aprovação, será mudado das 9h15 para as 9h30. Também foram aprovados pelos deputados o convite a três secretários estaduais e, no plano federal, ao secretário especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil, Marcus Cavalcanti, que será convidado para apresentar o cronograma de obras federais destinadas à Bahia em 2023, entre elas o Estaleiro Enseada do Paraguaçu, a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) e o Porto Sul.

O secretário estadual da Infraestrutura, Sérgio Brito, será chamado para apresentar o cronograma de obras de infraestrutura da 2023, para a Bahia, entre elas a ponte Salvador-Itaparica. E o secretário de Turismo, Maurício Baccelar, terá a presença solicitada para tratar, entre outros assuntos, do planejamento da pasta para o São João 2023 e, por sugestão do deputado Eures Ribeiro, do turismo religioso na região de Bom Jesus da Lapa. Também foi aprovado o convite ao secretário de desenvolvimento econômico, Angelo Almeida.

Por sugestão do deputado Tiago Correia (PSDB), também foi aprovado o convite à Concessionária Via Bahia, que administra, entre outras, as rodovias BR-116 e BR-324. Segundo Tiago, a empresa não estaria cumprindo acordos estabelecidos em contrato, prejudicando a população.

“Por exemplo, as duplicações



Eduardo Salles iniciou os trabalhos agradecendo aos seus pares pela confiança depositada nele para condução do colegiado

que estavam previstas no contrato, salvo engano de 2009, nenhuma aconteceu. A duplicação de Vitória da Conquista até o sul do estado, na divisa com Minas Gerais, já deveria ter sido entregue e não aconteceu. A construção das pistas acessórias, na saída da nossa capital, na BR-324, também não aconteceu”, disse o parlamentar, que ainda questionou a manutenção das duas rodovias.

“Nós temos observado buracos, ausência de acostamento em alguns trechos totalmente abandonados, e o pedágio continua sendo cobrado normalmente, com fluxo de veículos, inclusive, maior do que era previsto em contrato, que formava os gatilhos para que começassem determinadas obras, como duplicações, viadutos e pistas acessórias. Esses fluxos já foram atingidos há muitos anos, e o que nós vimos?”, questionou Correia.

Ainda sobre a Via Bahia, o deputado Robinson Almeida (PT) trouxe para discussão a situação dos moradores do bairro do Areal, que fica do lado outro da BR-324, no município de Amélia Rodrigues, apartado do centro da cidade. Como ele explicou, para moradores desse bairro chegarem ao centro da cidade têm que fazer um retorno de 11 quilômetros na BR.

Robinson propôs ainda a realização de audiência pública para tratar do modal de transporte da Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS) e discutir a atualidade da legislação que vigora sobre o local. “Ela (a RMFS) foi criada por uma lei dessa casa. Não foi implantada. Alguns municípios depois desistiram de fazer parte desse organismo. E creio que ele precisa ser atualizado, porque o Brasil vive um novo momento com possibilidade de investimentos públicos, com a volta do PAC, com o presidente

Lula, com a volta do Minha Casa, Minha Vida, com intervenção na política de saneamento, de infraestrutura, um novo momento alvissareiro para o nosso país. E a gente teria que preparar aqui os organismos legais, institucionais, para que a Bahia não perca as oportunidades de investimento nas diversas áreas”, explicou o parlamentar.

Uma audiência com a ministra do Turismo, Daniela Carneiro, também foi aprovada na comissão, por sugestão do deputado Penalva (PDT). Ele disse ser importante saber qual a política que o Governo Federal tem para o turismo na Bahia, “principalmente para o Litoral Norte, região que represento e que tem uma vocação muito grande para o turismo. Tenho certeza de que a ministra vai apresentar um programa de governo de incentivo ao turismo no estado da Bahia”.

Penalva sugeriu ainda que o presidente da Comissão de Infraestrutura da Câmara Municipal de Salvador e os secretários municipais de infraestrutura dos dois municípios envolvidos na Ponte Salvador-Itaparica fossem convidados para estar também na presença do secretário nacional Marcus Cavalcanti. “Acho que essa integração entre os secretários (municipais) e o secretário nacional vai ser de suma importância”, disse.

O vice-presidente Pedro Tavares (UB) disse que teve o prazer de ter sido presidente da Comissão de Infraestrutura durante toda a legislatura passada e demonstrou confiança no trabalho a ser desenvolvido com o presidente Eduardo Salles e os demais colegas. Como sugestão, disse que era preciso levar a comissão para além da Casa Legislativa, realizando viagens para conhecer obras de infraestrutura do Governo da Bahia.

A BA-649, nova estrada auxi-

liar entre Ilhéus e Itabuna, também foi assunto destacado por Tavares, que sugeriu uma visita ao local. “Tenho algumas restrições sobre o traçado, porque você chega até o (povoado) Banco da Vitória e, de lá, você tem a nova estrada. Então, até o Banco da Vitória, você terá um engarrafamento ali. A estrada (BR-415), hoje, não comporta mais o número de carros que trafegam diariamente. Essa (nova) estrada foi feita para desafogar o trânsito e diminuir o tempo de viagem”, explicou o legislador.

Em concordância, Eduardo Salles disse que o colegiado poderia aproveitar a vinda do secretário Sérgio Brito para tratar também do traçado da BA-649. “A gente pode propor a ele que colocasse alguém da secretaria para ir conosco nesse dia de visita, para entrar nas questões todas que você (Pedro Tavares) colocou. Podemos até solicitar a visita também ao porto de Ilhéus, que hoje é uma é uma via de escoamento do Oeste da Bahia”, disse.

Após a reunião, o deputado ressaltou a boa presença de deputados e se mostrou entusiasmado. “Hoje, a primeira sessão, com a presença maciça, quase unânime, dos deputados aqui da comissão, tanto titulares como suplentes. E isso já demonstra a importância e a vontade, a garra que esses deputados aqui presentes têm para que as coisas avancem em relação ao desenvolvimento econômico do Estado da Bahia”, afirmou Salles.

“É importante que se entenda que dessa Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo vão sair ações efetivas importantes para o desenvolvimento do estado, para a competitividade do Estado da Bahia e, efetivamente, para geração de empregos no Estado da Bahia”, concluiu o presidente.



Calendário definido pelos parlamentares começa com a discussão do tema a Revogação do Novo Ensino Médio



Trabalhos do colegiado foram coordenados pelo presidente Manuel Rocha (UB)

Colegiado de Educação aprova audiências públicas

A Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviços Públicos da Assembleia Legislativa (ALBA) aprovou nesta terça-feira (28), durante a primeira reunião do semestre, uma série de audiências públicas, contemplando diversos temas sugeridos pelos parlamentares. A deputada Olívia Santana (PC do B), presidente do colegiado, já definiu, inclusive, o cronograma para a realização dos primeiros encontros na Casa das Leis.

Foi marcada para 4 de abril, das 9h às 11h, a audiência pública que vai discutir a Revogação do Novo Ensino Médio. Está previsto para o dia 18 de abril, no mesmo horário, o debate sobre a Implantação da Bahia Filmes e Políticas Públicas para o Audiovisual no Estado da Bahia. Outra proposição, em data ainda a ser divulgada, refere-se à Implantação de Políticas Públicas para a Valorização das Orquestras Afro Sinfônicas e Blocos Afro da Bahia. Todas essas reuniões foram de iniciativa da parlamentar comunista.

Integrante titular do colegiado, o deputado Robinson Almeida (PT) manifestou sua alegria em ter participado, ao lado do governador Jerônimo Rodrigues, da inauguração de sete escolas em vários municípios, com apenas dois meses da nova administração. O petista destacou "a revolução em curso que vem já acontecendo na educação, com equipamentos modernos, climatizados, piscinas semiolímpicas, quadras cobertas, campos sociais e refeitórios". Em data que

será confirmada posteriormente, Robinson conseguiu aprovar a audiência pública intitulada Projeto Pedagógico e de Infraestrutura do Novo Modelo de Escola de Educação Integral.

O colegiado pretende discutir também uma sugestão do deputado Hilton Coelho (Psol), que teve confirmada, para o dia 25 de abril, a audiência pública sobre a Avaliação do Mais Futuro, um programa de assistência estudantil do Governo do Estado para fomentar a permanência do aluno na universidade com estágio remunerado. Os problemas que vêm ocorrendo com o programa na Bahia foram antecipados no relato feito pelo estudante Pedro Henrique Lima, que representou, na oportunidade, os presidentes dos Diretórios Centrais de Estudantes das Universidades Estaduais. Hilton também vai debater, em audiência pública, ainda sem data escolhida, o Piso Nacional do Magistério e a Gratificação de Estímulo ao Aperfeiçoamento Profissional.

O deputado Penalva (PDT), vice-presidente do colegiado, no seu breve pronunciamento, enalteceu a escola em tempo integral, salientando a importância da abertura dos colégios nos finais de semana, integrando as comunidades. Os deputados Jurailton Santos (Republicanos), Felipe Duarte (PP), Pancadinha (Solidariedade) e Vitor Bonfim (PV) marcaram presença na reunião, que, segundo avaliação da presidente do colegiado, Olívia Santana, foi bastante proveitosa.

Comissão de Agricultura define agenda de trabalho

Na primeira reunião ordinária desta 20ª Legislatura, a Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa da Bahia definiu a agenda de trabalho para os próximos meses, que inclui convites aos secretários de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura, Wallison Tum; de Desenvolvimento Rural, Osni Cardoso; de Infraestrutura, Sérgio Luís Lacerda Brito, e do Meio Ambiente, Eduardo Sodré Martins, para que exponham aos deputados seus planos, programas e políticas a serem postas em prática no Governo Jerônimo Rodrigues.

O colegiado também aprovou requerimento encaminhado pelo deputado Hassan (PP), para que seja convocada uma audiência pública com o objetivo de discutir a importação de cacau africano pelo Porto de Ilhéus. O deputado Pedro Tavares (UB) apoia a decisão contrária dos produtores baianos a esta importação porque, disse, a Bahia somente agora conseguiu iniciar um processo de recuperação da lavoura cacaueteira, depois de três décadas de declínio em função da vassoura de bruxa.

"Não podemos correr o risco de novos surtos de peste e doenças ao importarmos amêndoas do cacau da Costa do Marfim", advertiu o parlamentar, ao sugerir que a Comissão de Agricultura oficialize o ministro da Casa Civil, Rui Costa, o governador Jerônimo Rodrigues e o secretário Wallison Tum para que se posicionem sobre o assunto.

Os produtores baianos, através da Associação Nacional dos Produtores de Cacau (ANPC), protestaram contra a chegada de mais

um carregamento no Porto de Ilhéus de amêndoas importadas da Costa do Marfim. Em dezembro do ano passado, chegaram 13 toneladas do produto ao Sul da Bahia e, para o mês de março, estão previstas mais 10 toneladas. As amêndoas são destinadas ao processamento em três multinacionais que atuam no Brasil (Olam Agrícola, Barry Callebaut e Cargill Agrícola). Os cacauicultores ameaçam fechar trechos da BR-101, em Ilhéus.

Os cacauicultores baianos querem a revogação da Instrução Normativa 125/21, do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), que retirou a exigência fitossanitária para a importação das amêndoas da África. Com isso, advertem, há o sério risco de entrarem no Brasil pragas e doenças ainda não existentes aqui, como a Striga spp e a Phytophthora Megakaria que, além de contaminar a produção de cacau, pode atingir também as plantações de soja, milho, arroz, feijão, cana e sorgo.

Participaram da reunião comandada pelo presidente Manuel Rocha (UB), o vice-presidente do colegiado, Ricardo Rodrigues (PSD); Eduardo Salles (PP); Marquinho Viana (PV); Neusa Cadore (PT); Pedro Tavares (UB) e Tiago Correia (PSDB). Todos destacaram a importância do colegiado para a economia baiana e declararam apoio e empenho na busca de soluções para as dificuldades que a agropecuária baiana enfrenta, sobretudo no resgate do papel da Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab) e na assistência tecnológica aos produtores baianos.


 ★ 1932
 † 2023


ROQUE ARAS

Legislativo decreta três dias de luto oficial em reverência à memória de Roque Aras

Presidente em exercício da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), o deputado Zé Raimundo Fontes (PT) decretou luto de três dias pelo falecimento do ex-deputado estadual Roque Aras. Aos 91 anos. O sepultamento ocorreu às 17h desta terça-feira (28), no Cemitério Campo Santo, em Salvador.

Roque Aras, advogado formado pela Universidade Católica de Salvador (UCSal), foi secretário da seccional baiana da OAB e juiz do Trabalho no município de Feira de Santana (BA), onde instalou a 1ª Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ).

O jurista entrou para a política na década de 1970, no período da ditadura militar, filiou-se ao

Movimento Democrático Brasileiro (MDB), presidindo o diretório estadual entre as décadas de 70 e 80, tendo exercido os cargos de vereador de Feira de Santana, deputado estadual e deputado federal.

Já ao final da década de 1990, Roque foi aprovado no concurso para procurador federal da Advocacia-Geral da União, onde permaneceu até se aposentar em 2001. A Associação Nacional dos Advogados da União (Anauni) possui um prêmio que leva seu nome, voltado a monografias.

O jurista deixa à viúva, Nélia Pimentel, Augusto Aras, atual procurador-geral da República, Lina Maria, Roque Aras Júnior, Wanessa Maria e Viviane, além de netos e bisnetos.



O decreto foi assinado pelo presidente em exercício da Casa, deputado Zé Raimundo Fontes



Deputado Adolfo Menezes(PSD)



Deputado José de Arimateia (Republicanos)



Deputado Marcinho Oliveira (UB)



Deputado Luciano Simões Filho (UB)



Deputado Robinson Almeida (PT)

O falecimento do ex-deputado e jurista Roque Aras deixou causou consternação na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), com seis deputados protocolando, na Mesa Diretora, moções de pesar pela perda do advogado formado pela Universidade Católica do Salvador. Ele faleceu nesta terça-feira (28), aos 91 anos.

Natural do município de Monte Santo, Roque Aras viveu a infância em Itiúba e Juazeiro. Posteriormente, mudou-se para Feira de Santana, onde foi vereador entre os anos de 1970 e 1974. Depois, elegeu-se deputado estadual (1975/1979) e federal (1979 e 1983), sempre pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

O presidente da Assembleia, deputado Adolfo Menezes (PSD), lamentou a morte do advogado, que é pai do procurador-geral da república, Augusto Aras, e lembrou que o ex-parlamentar foi uma das grandes vozes em defesa do Estado Democrático de Direito durante a ditadura militar. “Juiz do traba-

Deputados lamentam morte do jurista e ex-deputado Roque Aras

lho, advogado e militante político, Roque Aras foi uma fonte de inspiração na minha juventude, com a sua postura libertária, em defesa da democracia e contra a ditadura. Foi um jurista atuante, secretário da OAB e procurador-geral da Bahia no governo João Durval”, destacou o chefe do Legislativo baiano.

O deputado José de Arimateia (Republicanos), em sua moção de pesar, destacou o legado deixado pelo jurista e manifestou suas condolências aos familiares, principalmente filhos, esposa, netos, bisnetos e sobrinhos. “Sua ausência deixa desolados seus familiares e amigos, nos deixando como exem-

plo seu modelo de vida enquanto cidadão de bem e profissional de excelência. Sua morte enluta não somente seus pares e pessoas próximas, mas toda a sociedade que lamenta a perda de um homem honesto em sua vida ética e profissional”, disse.

Marcinho Oliveira (UB), por sua vez, ressaltou a trajetória de Aras como advogado, jurista e político. “É com muita tristeza que apresentamos esta moção de pesar pela perda de um grande advogado, que muito contribuiu para OAB Bahia, à Justiça e à advocacia baiana. Sempre combativo e aguerrido, ele teve a família como seu pilar de sustentação”, afirmou o parlamentar.

O deputado Luciano Simões Filho (UB) registrou sua homenagem a Aras e recordou que ele foi presidente do MDB da Bahia, candidato a senador pelo PT baiano, secretário da Seccional da Ordem dos Advogados da Bahia (OAB/BA) e procurador-geral do ex-governador do Estado, João Durval. “Roque Aras foi um homem dedicado ao cumprimento das leis trabalhistas. A sua partida é uma grande perda para o Judiciário baiano”, apontou.

Robinson Almeida (PT) listou as funções desempenhadas pelo ex-deputado ao longo da vida pública e lamentou o falecimento do jurista baiano. “Com muita tristeza, recebi a notícia da perda de Roque Aras. Ele era reconhecido pelo extenso conhecimento técnico-jurídico e atuação como advogado. Desde cedo enveredou pela carreira política e desempenhou as funções de secretário municipal de Feira de Santana, na gestão do então prefeito Chico Pinto, que se notabilizou pelo enfrentamento à ditadura militar”, narrou o deputado.



Deputado
Samuel Junior
(Republicanos)

Samuel Junior apresenta proposta para proibir uso de pistolas de água em festas na Bahia

O deputado Samuel Junior (Republicanos) apresentou projeto de lei, na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), para proibir o uso de "pistolas de água ou similares" em festas populares na Bahia. A proposta prevê multa de R\$ 5 mil, por ocorrência, para quem descumprir a lei e, em caso de reincidência, dobrará o valor.

O texto do PL determina que os órgãos responsáveis pela fiscalização do cumprimento da referida lei serão as secretarias estaduais de Segurança Pública e a de Cultura. "O uso de 'pistolas de água ou similares' em festas populares tem se tornado cada vez mais comum, porém esse tipo de

brincadeira pode levar a situações de constrangimento, assédio, violência e até mesmo acidentes", observou o parlamentar.

Para o republicano, o uso do material denota agressividade e pode gerar reações negativas e conflitos entre os participantes da festa. "Por essas razões, é fundamental que se proíba o uso de 'pistolas de água ou similares' em festas populares na Bahia, a fim de garantir a segurança e o bem-estar dos participantes desses eventos e evitar conflitos que possam colocar em risco a integridade física, emocional e moral dos envolvidos", justificou Samuel Junior.



Dputado
Jurailton Santos
(Republicanos)

Jurailton Santos sugere capacitação de funcionários na luta contra o assédio sexual

O deputado Jurailton Santos (Republicanos) protocolou projeto de lei que prevê a capacitação anual dos funcionários de bares, restaurantes, boates, clubes noturnos, casas de espetáculos e congêneres para que possam identificar e combater o assédio sexual e a cultura do estupro praticados contra as mulheres que trabalham ou que frequentam o local.

De acordo com a lei proposta, tais empresas deverão afixar aviso, em local de fácil visualização, com a indicação do funcionário ou funcionária responsável pelo atendimento e proteção à mulher que se sinta em situação de risco. "Uma vez identificada a prática de qualquer das condutas previstas na lei, o estabelecimento oferece-

rá suporte e assistência imediatos à vítima, comunicando às autoridades e órgãos competentes, a exemplo da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, a Polícia Militar, unidades de saúde, dentre outros", determina.

Ao justificar a iniciativa, o Jurailton citou a pesquisa "Bares sem Assédio", liderada pelo Studio Ideias, apontando que 66% das brasileiras afirmaram terem sido assediadas em bares, baladas, restaurantes ou casas noturnas. "Diante dos dados, a capacitação de funcionários dos estabelecimentos mencionados se torna medida emergente para auxiliar as vítimas, contribuindo para minoração da cultura da violência sexual e seus efeitos devastadores", argumentou.

Ivana Bastos saúda os 34 anos de fundação de Feira da Mata

A deputada Ivana Bastos (PSD) apresentou na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), uma moção de aplausos para festejar a data magna do município de Feira da Mata, localizado no Território de Identidade do Velho Chico, que comemorou, no último dia (24), 34 anos de emancipação política e administrativa.

Fundada em 24 de fevereiro de 1989, Feira da Mata pertence ao município de Carinhanha, cujos primeiros moradores eram os índios Caiapós. Em sua moção, a parlamentar lembra que a formação do povoamento na região se deu com a chegada do bandeirante Manuel Nunes Viana. O nome do município veio em decorrência das famosas feiras de frutas organizadas

pelos membros da família Da Mata.

"Temos muita admiração por seu povo trabalhador e hospitaleiro e que tem no prefeito Valmir Rodrigues um forte parceiro político, um grande líder que ama sua gente e por ela trabalha diuturnamente para levar novas obras e serviços que beneficiarão principalmente aqueles que ainda residem em áreas de risco social", contextualizou a deputada Ivana Bastos.

A legisladora lembrou as inúmeras obras levadas para o município. "Conseguimos, por meio de emenda de nossa autoria, em parceria com o deputado federal Charles Fernandes, a construção da praça no distrito do Ramalho; calçamento de diversas ruas da sede, totalizan-

do um investimento de R\$ 937 mil. Foram realizadas, ainda, obras de calçamento em Várzea da Cruz, na rua Projetada nos trechos 1 e 2, na cidade. A intervenção contou com um investimento no valor de R\$ 521 mil, viabilizado pelo Governo do Estado, por meio da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder). Conseguimos, também, a construção de um estádio de futebol no município, no valor de quase R\$2 milhões".

Por fim, Ivana parabeniza o município de Feira da Mata, manifestando "a nossa disposição em continuar contribuindo com o desenvolvimento local, através do forte grupo político, liderado pelo prefeito Valmir Rodrigues".



Deputada
Ivana Bastos
(PSD)

Dr. Diego Castro quer vedar exigência de passaporte vacinal para acesso em prédios públicos

O deputado Dr. Diego Castro (PL) protocolou projeto de lei, na Casa Legislativa, que dispõe sobre as medidas voltadas ao enfrentamento de pandemias, epidemias e endemias no Estado da Bahia. Entre diversas ações, o PL proíbe a exigência de comprovação de vacinação como critério para acesso aos prédios públicos, e como motivo de afastamento e corte de salário de servidores públicos não vacinados.

Em seus artigos, a lei proposta prevê a disponibilização, pelo Estado, de informações sobre pandemias, epidemias e endemias em meio oficial; a utilização de máscara facial de proteção individual em ambientes fechados e em ambientes com grande circulação de pessoas; e a realização de testes rápidos de antígeno (TR-Ag) e congêneres.

Segundo a matéria, as medidas estabelecidas pelo Poder Público serão feitas com a recomendação técnica do Conselho Regional de Medicina, "com base em evidências científicas e em análises sobre as informações estratégicas em saú-



Deputado
Dr. Diego Castro
(PL)

de, e deverão ser limitadas no tempo e no espaço, ao mínimo indispensável à promoção e à preservação da saúde pública", destacou.

As pessoas afetadas pelas medidas, a lei assegurará o direito de tratamento gratuito; informação sobre o seu estado de saúde e a assistência à família conforme regulamento; e pleno respeito à dignidade, aos direi-

tos humanos e às liberdades fundamentais das pessoas.

Para o parlamentar, a gestão de pandemias, epidemias e endemias pela formulação de políticas públicas, visando a consecução da segurança sanitária, "não deve deixar de observar a imperiosa submissão ao princípio da legalidade, notadamente pelo respeito aos direitos e liberdades individuais", justificou.



Deputado Pedro Tavares (UB)

Pedro Tavares se congratula com população de Mansidão

Os 38 anos de emancipação política e administrativa do município de Mansidão foram comemorados pelo deputado Pedro Tavares (UB), que registrou a passagem da data festiva na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) por meio de moção de congratulações. "Mansidão é um jovem município que já demonstra a sua vocação para se impor no cenário baiano, pela força e determinação da sua gente trabalhadora e hospitaleira", disse o parlamentar.

Mansidão foi criado pela Lei estadual no 4.408, de 25 de fevereiro de 1985, a partir de um território desmembrado do município de Santa Rita de Cássia. Localizado na Região Oeste, e sob as bênçãos do padroeiro São Gonçalo. A Tradicional Festa de São Gonçalo é o principal evento que ocorre no município, na última semana do mês de julho e que atrai visitantes de várias cidades próximas e conterrâneos espalhados pelo país.

No documento, Tavares nos conta que a história do município vem com os índios Querém, primeiros habitantes das terras onde hoje está localizado o município, foram repelidos pelos exploradores que ocuparam a região. Mais tarde, segundo o deputado, o território abrigou diversos quilombos, formados por remanescentes do quilombo dos Palmares. "A presente homenagem traduz todo o respeito e admiração que dedico ao povo de Mansidão, onde o trabalho com lideranças políticas e comunitárias consolidam os laços de amizade e o meu compromisso para com essa querida terra", disse.

Tiago Correia sugere requalificação do Instituto Biofábrica de Cacau

O deputado Tiago Correia (PSDB) sugeriu ao governador Jerônimo Rodrigues que invista na requalificação do Instituto Biofábrica de Cacau, localizado em Ilhéus. A proposta foi por meio de indicação na qual requer ainda que o Estado dê apoio financeiro à instituição. O parlamentar conta que as dependências físicas se encontram em condições precárias e que, apesar de sua importância, enfrenta dificuldade financeira.

"O Instituto Biofábrica de Cacau (IBC) produz vasta quantidade de cultivares, entre mandioca, essências, cacau e outras fruteiras", disse o parlamentar. Recentemente, a Biofábrica implantou o Kit SAF – Kit Sistemas Agroflorestais, que reúne mudas de cacau, açaí, graviola, abacaxi, urucum, goiaba, banana, mandioca, ipê, leucena, pau-cigarra, pau-brasil, olho de pavão, entre outras. "O Kit SAF é uma inovação do IBC, com o objetivo de proporcionar ao agricultor, simultaneamente, um componente produtivo, arbóreo e de alimentação", explicou.

Outra inovação da Biofábrica



Deputado
Tiago Correia
(PSDB)

é a produção dos rocamboles de mudas. Um rocambole é capaz de conter 50 mudas de mesma espécie ou diferentes, o que reduz espaço para cultivo e para o momento do transporte. Com essas novas opções, mais de 400 mil mudas foram distribuídas apenas no primeiro semestre de 2016. O instituto foi fundado em 1999 e tem como missão produzir, multiplicar e distribuir materiais genéticos de mudas de alto valor agrônomico.

O IBC possui o Laboratório de Micropropagação Vegetal do Instituto Biofábrica de Cacau, "planejado com base nos mais refinados conceitos da biotecnologia moderna, com capacidade para produzir cinco milhões de mudas de espécies frutíferas ao ano, pela técnica do cultivo in vitro. A micropropagação vegetal apresenta-se como principal ferramenta no processo de certificação de mudas, garantindo qualidade genética e fitossanitária.

EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia foi instituído através da Resolução nº 1.694/2015 de 23 de dezembro de 2015 que acrescenta o art. nº 231-A à Resolução nº 1.193, de 17 de janeiro de 1985, regulamentado pela Resolução da Mesa Diretora nº 127/2015.

MESA DIRETORA

Presidente

Deputado Adolfo Menezes

1º Vice-Presidente

Deputado Zé Raimundo Fontes

2º Vice-Presidente

Deputado Marquinhos Viana

3º Vice-Presidente

Deputado Antônio Henrique Júnior

4º Vice-Presidente

Deputado Laerte do Vando

1º Secretário

Deputado Marcelinho Veiga

2º Secretário

Deputado Samuel Junior

3º Secretário

Deputado Vitor Azevedo

4ª Secretária

Deputado Zó**SAP - DEPARTAMENTO DE ATOS OFICIAIS**

EXPEDIENTE DESPACHADO PELA PRESIDÊNCIA..... 8

SRH - SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

ATOS ADMINISTRATIVOS - SRH..... 10

SAP - DEPARTAMENTO DE ATOS OFICIAIS**EXPEDIENTE DESPACHADO PELA PRESIDÊNCIA**

ATO Nº 1.283/2023

O Presidente em exercício da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Declarar luto oficial no Poder Legislativo pelo período de três dias, a partir de 28 de fevereiro de 2023, em virtude do falecimento do ex-Deputado Estadual Roque Aras.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 28 de fevereiro de 2023.

Deputado Zé Raimundo Fontes
Presidente em exercício

MOÇÃO Nº 26.007/2023

Dispõe sobre a apresentação de Moção de Pesar devido ao falecimento do Sr. Roque Aras, ex-deputado estadual e federal pelo estado da Bahia.

O Deputado Pablo Roberto que a esta subscreve, vem, na forma regimental, apresentar Moção de Pesar em razão do falecimento do Sr. Roque Aras nesta data de 28 de fevereiro de 2023.

Nascido em Monte Santo, o Sr. Roque Aras, por sua história e carreira, foi uma pessoa que contribuiu fundamentalmente para o nosso estado. Advogado por formação, este desempenhou a função de Juiz do Trabalho atuando para instalar a 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Feira de Santana.

No âmbito político, Roque Aras foi Vereador por Feira de Santana e, em seguida, Deputado Estadual e Federal pelo estado da Bahia, tendo presidido o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Sendo, então, um personagem importante de nossa história política recente.

A presente Moção tem, portanto, o objetivo de lamentar o falecimento do Sr. Roque Aras e, concomitantemente, registrar as suas inúmeras contribuições ao desenvolvimento do nosso estado e, igualmente, da cidade de Feira de Santana.

Roque Aras deixa a esposa, Nélia Pimentel, e os filhos, Augusto Aras, Lina Maria, Roque Aras Júnior, Wanessa Maria e Viviane, além de netos, bisnetos e sobrinhos, a quem estendemos os nossos sentimentos.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2023.

Deputado PABLO ROBERTO

(Dê-se conhecimento aos interessados.)

MOÇÃO Nº 26.008/2023

Moção de Pesar pelo falecimento do senhor Roque Aras.

O deputado, que a presente subscreve, com assento nesta nobre Casa de Leis, vem através desta, após repercussão estadual, manifestar sua solidariedade e encaminhar esta MOÇÃO DE PESAR à família pelo falecimento do SENHOR ROQUE ARAS, ocorrido na manhã desta terça-feira, 28 de fevereiro de 2023.

Roque Aras, nascido em 26 de abril de 1932, advogado, natural de Monte Santo, na região sisaleira baiana, morreu aos 91 anos de idade. Ele era pai do procurador-geral da República, Augusto Aras, e se estabeleceu em Feira de Santana - onde começou a carreira como operador de Direito. Foi juiz de Trabalho, vereador, deputado estadual e federal, presidente do MDB-BA, e candidato a senador pelo PT/Bahia.

Sua ausência deixa desolados seus familiares e amigos, nos deixando como exemplo seu modelo de vida enquanto cidadão de bem e profissional de excelência.

Sua morte enluta não somente seus pares e pessoas próximas, mas toda a sociedade que lamenta a perda de um homem honesto em sua vida ética e profissional.

Aos seus familiares, principalmente seus filhos, esposa, netos, bisnetos e sobrinhos, nossas sinceras condolências, reiterando que esta Assembleia não poderia deixar de se associar ao seu pesar. Desejamos que a paz, o consolo e a força da fé reinem no meio de todos, primando o amor à Deus sobre todos para que o Sr. Roque Aras descanse em paz.

Roque Aras deixa a esposa Nélia Pimentel e os filhos Augusto Aras, Lina Maria, Roque Aras Júnior, Wanessa Maria e Viviane, além de netos, bisnetos e sobrinhos.

Por estes motivos, apresento esta Moção de Pesar como prova do nosso apreço e da nossa admiração.

Dê-se ciência desta moção de pesar ao procurador-geral da República, o senhor Antônio Augusto Brandão de Aras.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2023.

Deputado JOSÉ DE ARIMATEIA

(Dê-se conhecimento aos interessados.)

MOÇÃO Nº 26.009/2023

Requer MOÇÃO DE PESAR em razão do falecimento de Roque Aras, ocorrido nesta terça-feira, 28 de fevereiro de 2023.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, ouvido o plenário, que seja registrado nos anais da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia e publicado nos órgãos de comunicação oficiais da Casa, MOÇÃO DE PESAR em memória de Roque Aras, cujo falecimento ocorreu nesta terça-feira, 28 de fevereiro de 2023, em Salvador - BA.

Roque Aras, advogado por formação, graduou-se pela Universidade Católica do Salvador, em 1962. Além do extenso conhecimento técnico-jurídico e da reconhecida atuação como advogado, desde cedo enveredou pela carreira política. Desempenhou as funções de secretário municipal, em Faria de Santana - BA, na gestão do prefeito Chico Pinto, que se notabilizou pelo enfiamento à ditadura militar de 1964, e por essa razão teve o mandato cassado.

Ainda em Faria de Santana - BA, Roque Aras exerceu o cargo de juiz do trabalho, tendo sido o responsável pela instalação da 1ª junta de conciliação e julgamento daquele município.

Tanto na academia quanto na prática jurídica Roque Aras notabilizou-se pela destreza e habilidades múltiplas. Desempenhou as funções de procurador-geral do Estado da Bahia durante o mandato do governador João Durval, e integrou a diretoria da seccional baiana da OAB.

Aplicado, submeteu-se e logrou a aprovação no primeiro concurso público para a Advocacia-Geral da União, cargo que exerceu até 2001, quando se aposentou.

Na atividade política exerceu os mandatos de vereador, deputado estadual e deputado federal, além da presidência do diretório estadual do MDB. Sempre combativo e aguerrido, enfrentou corajosamente os árbitros do sombrio governo que se impôs no país a partir de 1964. Foi candidato a senador pelo PT, pela Bahia, nas eleições de 1986, e a prefeito de Feira de Santana, em 1988.

Ainda em vida alcançou o reconhecimento nacional, de modo que, além de outros tributos, é homenageado pela Associação Nacional dos Advogados da União (Anauni), que instituiu o prêmio Roque Aras de monografia para os advogados da União.

Roque Aras nasceu em Monte Santo - BA, em 1932, e era pai do procurador-geral da República, Augusto Aras. Deixa a esposa, d. Nélia Pimentel, os filhos Augusto Aras, Lina Maria, Roque Aras Júnior, Wanessa Maria e Viviane, além de netos e bisnetos, aos quais apresentamos solidariedade e pesar.

Isso posto, senhor presidente, requeiro que esta iniciativa, em nome da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, seja comunicada aos familiares enlutados, antes nominados.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2023.

Deputado ROBINSON ALMEIDA

(Dê-se conhecimento aos interessados.)

MOÇÃO Nº 26.011/2023

Moção de Pesar pelo falecimento do grande advogado, jurista e político brasileiro Roque Aras, ocorrida em 28 de fevereiro de 2023.

O Deputado que esta subscreve vem, na forma do disposto no Regimento Interno desta Casa Legislativa, manifestar VOTOS DE PROFUNDO PESAR pelo falecimento de Roque Aras.

Nos deixou no dia de hoje, aos 91 anos de idade, o advogado, jurista e deputado Roque Aras. Nasceu no dia 26 de abril de 1932 no município de Monte Santo-Bahia. Iniciou sua vida profissional como gerente e inspetor do Banco Econômico antes de formar-se advogado pela Universidade Católica do Salvador no ano de 1962 além de trabalhar no município de Feira de Santana como secretário e posteriormente como juiz do trabalho na respectiva comarca.

Dr. Aras foi membro da seccional baiana da Ordem dos Advogados do Brasil onde atuou como secretário. Ingressou no MDB após a instauração do Regime Militar no ano de 1964, partido onde foi eleito vereador no município de Feira de Santana nos anos de 1970 e 1972. Dois anos depois, foi eleito deputado estadual e ano seguinte assumiu a presidência do diretório estadual do MDB, cargo que ocupou até eleger-se deputado federal.

No segundo mandato do prefeito João Durval, retornou ao município de Feira de Santana como secretário. Entre os anos de 1996-2001, trabalhou junto à Advocacia-Geral da União além de ter sido empossado presidente da Fundação Cidadania e INICIATIVA Popular (FUNCIP).

Dr. Roque Aras, era pai do atual procurador-geral da República, Dr. Augusto Aras e além do nobre procurador deixa enlutada sua esposa Nélia Pimentel e os filhos Augusto Aras, Lina Maria, Roque Aras Júnior, Wanessa Maria e Viviane, além de netos, bisnetos e sobrinhos, amigos e colegas de profissão.

Assim sendo, é com muita tristeza que apresentamos esta moção de pesar pela perda de um grande advogado, que muito contribuiu para OAB Bahia, à Justiça e baiana e à Advocacia baiana e que fará muita falta. Sempre combativo e aguerrido, teve a família como seu pilar de sustentação.

Após aprovação, peça dar conhecimento desta Moção a toda a família, na pessoa do procurador-geral da República, Dr. Augusto Aras, para que, utilizando os meios de comunicação, dê conhecimento à população.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2023.

Deputado MARCINHO OLIVEIRA - União Brasil/BA

(Dê-se conhecimento aos interessados.)

SRH - SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

ATOS ADMINISTRATIVOS - SRH

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

ATOS:

Nº. 1285/2023 - Exonerar CRISTIRENE RIBEIRO DOS SANTOS MOREIRA, cadastro 930988, da função comissionada de Secretário Parlamentar (Gab. Dep. Jurailton Santos) Nível SP-17B, a partir de 01/03/2023.

Nº. 1286/2023 - Exonerar JACKSON SANTANA PEREIRA, cadastro 932425, da função comissionada de Secretário Parlamentar (Vice-Liderança do REPUBLICANOS/PSDB/PDT - Dep. Jurailton Santos) Nível SP-13, a partir de 01/03/2023.

Nº. 1287/2023 - Exonerar JAILSON DE ARAUJO SILVA, cadastro 921708, da função comissionada de Secretário Parlamentar (Gab. Dep. Eduardo Salles) Nível SP-24, a partir de 01/03/2023.

PORTARIAS DA SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

Nº. 042/2023 - Permitir que o servidor ODILON BRAGA CASTRO, Analista Legislativo, ALC06, cadastro n.º 203.125, entre em gozo de 01 (um) mês de Licença-Prêmio, no período de 27/02/2023 a 28/03/2023, que lhe foi concedido pela Portaria n.º. 10.238/2016, restando 12 (doze) meses para gozo em época oportuna.

Nº. 043/2023 - Permitir que o servidor DELANO COELHO BRITO, Analista Legislativo, ALC06, cadastro n.º 119.696, entre em gozo de 01 (um) mês de Licença-Prêmio, no período de 01/03/2023 a 30/03/2023, que lhe foi concedido pela Portaria n.º. 1.213/2022

Nº. 044/2023 - Permitir que a servidora JOVINA LUCIA SANTOS DA SILVA, Técnico Legislativo, TLC06, cadastro n.º 000.340, entre em gozo de 01 (um) mês de Licença-Prêmio, no período de 01/03/2023 a 30/03/2023, que lhe foi concedido pela Portaria n.º. 10.056/2016, restando 02 (dois) meses para gozo em época oportuna.

Nº. 045/2023 - Conceder, a partir de 02/02/2023, à servidora IZABELLA KAROLINE MENEZES REIS, Técnico Legislativo, TLA04, cadastro n.º 922.375, Incentivo Funcional de mais 05% (cinco por cento), por haver concluído o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em GESTÃO E AUDITORIA EM SERVIÇOS DE SAÚDE, com carga mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, de acordo com o art. 4º, inciso II da Resolução n.º. 1695, de 04 de março de 2016.

Nº. 046/2023 - Permitir que o servidor EDESIO OLIVEIRA SILVA,

Técnico Legislativo, TLC06, cadastro n.º 213.032, entre em gozo de 02 (dois) meses de Licença-Prêmio, no período de 27/02/2023 a 27/04/2023, que lhe foi concedido pela Portaria n.º. 9.076/2010, restando 07 (sete) meses para gozo em época oportuna.

Nº. 047/2023 - Conceder, a partir de 07/02/2023, à servidora IARA MARIA LOUREIRO DE OLIVEIRA, Analista Legislativo, ALC06, cadastro n.º 193.609, Incentivo Funcional de mais 05% (cinco por cento), por haver concluído o Curso de Especialização Lato Sensu em GESTÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS, de acordo com o art. 37, inciso I, alínea "a", e seu parágrafo único, da Lei n.º 8.971/2004.

Nº. 048/2023 - Conceder, a partir de 20/02/2023, à servidora CHIRLEI CORREIA DAMASCENO, Analista Legislativo, ALA02, cadastro n.º 925.234, Incentivo Funcional de mais 05% (cinco por cento), por haver concluído o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em GESTÃO DE SERVIÇO SOCIAL, de acordo com o art. 37, inciso I, alínea "a", e seu parágrafo único, da Lei n.º 8.971/2004.

EGBA

GESTÃO DA INFORMAÇÃO
GOVERNO DO ESTADO



SERVIÇOS GRÁFICOS

Impressão offset-rotativa e plana.

Impressão digital e com dados variáveis (carnês de IPTU, provas de concurso, faturas, boletos e outros impressos personalizados).

Agende seu atendimento de forma rápida e fácil

Sede Egba

71 3116 2837/2838
www.egba.ba.gov.br



EGBA
GESTÃO DA INFORMAÇÃO
GOVERNO DO ESTADO

